

19ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

“Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020).”

A presente necessidade foi apontada via Solicitação de Demanda - DFD, memorando 19.227/2025-1DOC e encaminhada a equipe técnica da Secretaria Municipal de Obras e Mobilidade Urbana.

A Construção do Módulo Esportivo no Bairro Vila Antunes – CDHU, tem por objetivo implantar um complexo esportivo multifuncional voltado à promoção de atividades físicas, lazer e integração social. O empreendimento compreenderá a implantação de uma quadra de futebol society, uma quadra de basquete 3x3 e uma pista de caminhada, acompanhadas de obras complementares destinadas a garantir a plena funcionalidade, segurança, acessibilidade e conforto dos usuários.

Os serviços iniciar-se-ão com as etapas preliminares de limpeza e preparação do terreno, incluindo a remoção de entulhos, regularização topográfica, nivelamento e compactação do solo, adequando-o às condições técnicas exigidas para a execução das fundações e bases estruturais das áreas esportivas.

As obras complementares compreenderão a implantação de sistema de drenagem pluvial, instalação de iluminação esportiva e de entorno, execução de calçadas e rampas de acessibilidade, muretas de contenção e proteção, paisagismo, pintura e sinalização horizontal e vertical, de modo a assegurar conformidade com as normas técnicas de segurança, acessibilidade (NBR 9050/2020) e eficiência luminotécnica (NBR ISO/CIE 8995-1:2013).

A construção seguirá estritamente o projeto executivo aprovado, observando as normas técnicas da ABNT, bem como os parâmetros de engenharia civil e elétrica aplicáveis. Serão empregados materiais de alta durabilidade e mão de obra especializada, garantindo desempenho estrutural, conforto ambiental e sustentabilidade.

A entrega do módulo esportivo visa proporcionar à comunidade do Bairro Vila Antunes - CDHU um espaço público moderno e inclusivo, fomentando a prática esportiva, o lazer e a convivência comunitária, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento social local.

2. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

"Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da IN 40/2020)."

Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

A Concorrência terá por fundamento legal o regramento disposto no art.2º, inciso VI da Lei n.º 14.133/2021;

Para a presente contratação será elaborado Projeto Executivo com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

2.1. Requisitos técnicos para contratação

a) Definição do local de execução dos serviços, a saber: Rua Aguai, Bairro Vila Antunes, endereço indicado no Objeto deste documento;

b) Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;

c) Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;

d) Definição do orçamento e do prazo de execução da obra, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;

e) Empresa de engenharia para execução das obras, conforme quantitativos previstos nos projetos;

f) Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;

g) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico profissional;

h) Apresentação, por parte da contratada, de Atestado de Capacidade Técnico operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado. A comprovação do atestado de capacidade técnico operacional será

mediante apresentação de Atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente registrada no CREA ou CAU;

i) Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação;

j) Cumprimento, por parte da contratada, de Plano de Gerenciamento de Resíduos, garantindo o correto descarte dos resíduos segundo sua classe.

2.2. Requisitos de sustentabilidade

Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

2.3. Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;*
- b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;*
- c) Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;*
- d) Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);*
- e) Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;*
- f) Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.*

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

“Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso III da IN 40/2020).”

Foi feito um levantamento do quantitativo para execução da construção de “Módulo Esportivo no Bairro Vila Antunes - CDHU com Obras Complementares”. A estimativa é que a construção tenha aproximadamente em 1751,15 metros quadrados para execução do objeto indicado, atendendo assim a necessidade local.

Para avaliar a solução mais adequada para atender as necessidades da contratação em questão, seu alinhamento foi realizado com as diretrizes da Lei de licitações (Lei 14.133/2021).

Considerando a necessidade de contratar uma empresa para a referida obra, a realização de um processo de licitação se justifica face ao interesse público de prover mais segurança ante ao risco e qualidade de vida aos transeuntes do local.

Em Consulta na Prefeitura de Tapiraí.

- Referente a Construção da Quadra de Futebol Society.

- Concorrência Nº 010/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 120/2024

A solução mais adequada para esta execução da obra seria por meio de realização de licitação, esta modalidade oferece vantagens como transparência, competitividade, eficiência na contratação e a possibilidade de obtenção de preços mais vantajosos, atendendo aos princípios de isonomia e objetividade.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

“Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive exigências relacionadas a manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução. (Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).”

A solução proposta contempla a implantação de um módulo esportivo completo, projetado para atender às demandas comunitárias de lazer, prática esportiva e integração social. O conjunto será composto por quadra de futebol society, quadra de basquete 3x3 e pista de caminhada, além de obras complementares que incluem drenagem, calçadas de acesso, rampas de acessibilidade, iluminação esportiva e paisagismo.

A concepção do projeto busca garantir durabilidade, segurança, acessibilidade e baixo custo de manutenção, observando o ciclo de vida útil do empreendimento desde a implantação até a operação. Os materiais e sistemas construtivos serão definidos com base em critérios de resistência, sustentabilidade e desempenho técnico, priorizando o uso de revestimentos esportivos certificados, gramado sintético de alta durabilidade, concreto usinado para calçadas e estruturas metálicas galvanizadas ou pintadas para maior proteção contra intempéries.

O sistema de iluminação esportiva e de entorno será executado conforme as normas da ABNT, garantindo níveis adequados de luminosidade, eficiência energética e segurança dos usuários. As instalações elétricas seguirão as normas NBR 5410 e NBR 15575, com dispositivos de proteção e aterramento adequados. Já o sistema de drenagem pluvial será dimensionado de acordo com a NBR 10844, assegurando o escoamento adequado das águas e evitando alagamentos e degradação do pavimento.

Durante a execução, será observada a adoção de boas práticas de engenharia e segurança, com controle de qualidade dos materiais, inspeção periódica dos serviços e cumprimento do cronograma físico-financeiro. Após a conclusão, o espaço esportivo será entregue totalmente funcional, com garantia mínima de desempenho estrutural, elétrico e de revestimentos, conforme especificações do contrato e normas aplicáveis.

O ciclo de vida do objeto prevê facilidade de manutenção e operação, garantindo que a infraestrutura possa ser utilizada continuamente pela comunidade, com baixo custo operacional e alta eficiência, consolidando o módulo esportivo como um equipamento público sustentável, moderno e de grande relevância social.

A concepção geral do projeto busca atender às diretrizes do município para o desenvolvimento urbano sustentável, proporcionando um espaço multifuncional de esporte, lazer e integração comunitária, contribuindo para o bem-estar da população e a valorização da região.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

“Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (Inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso V da IN 40/2020).”

A estimativa de quantidades, foi elaborada com base nas dimensões e características previstas para a quadra tipo “Areninha”, considerando uma área aproximada de 1.751,15m², incluindo campo esportivo, pista de caminhada, drenagem e áreas de circulação. Os quantitativos foram obtidos a partir de levantamentos técnicos e de referências de obras similares.

Os principais itens estimados para a execução são:

Serviços preliminares e de implantação: limpeza, regularização e preparação do terreno, locação da obra em área aproximada de 1.751,15m²;

Terraplanagem: escavação, regularização e compactação do subleito;

Base e sub-base de brita graduada;

Gramado sintético esportivo;

Pista de caminhada: execução em concreto desempenado;

Quadra de basquete 3x3;

Fechamento perimetral (alambrado): estrutura metálica galvanizada;

Iluminação esportiva;

Piso em concreto armado;

Equipamentos esportivos e mobiliário urbano: traves metálicas, bancos, lixeiras e postes de rede, conforme padrão municipal.

Os quantitativos servirão de base para o orçamento estimativo e deverão ser confirmados e ajustados na etapa de projeto executivo, considerando as condições reais do terreno e as especificações técnicas de execução. As intervenções deverão manter o padrão de qualidade existente e apresentar a melhor prática executiva, com elementos que apresentem vantagens para a contratação e com a caracterização devidamente detalhada no Projeto executivo e Termo de Referência.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

"Fundamentação: Estimativa do valor de contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação. (Inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso VI da IN 40/2020)."

A estimativa apresentada foi obtida através do levantamento para execução do módulo a ser instalado.

Referente a execução do objeto, foram coletados dados para composição de valores. Segue abaixo a estimativa elaborada, considerando a estrutura necessária.

1- EXECUÇÃO DE MÓDULO ESPORTIVO	\$ 988.716,93
---------------------------------	---------------

A Somatória do valor estimado é de R\$ 988.716,93.

O valor estimado deverá ser melhor detalhado com orçamento quantitativo, apresentados em planilha orçamentária e serão elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultará no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação, que deverá compor a documentação do Projeto Básico, Projeto Executivo e Termo de Referência.

7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

"Fundamentação: Justificativa para o parcelamento ou não da solução, se aplicável. (Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso VII da IN 40/2020)."

A contratação para a execução da obra deverá ser licitada como objeto não divisível, sem parcelamento do objeto com a execução da obra por uma única empresa considerando a completude do projeto e a sua média complexidade. A indivisibilidade do objeto ainda se justifica pelo fato de que os elementos técnicos e econômicos do caso concreto condizem com o seu não parcelamento, cuja fragmentação do objeto poderá comprometer a realização da obra, onde a centralização da responsabilidade em uma única contratada é considerada eficiente e com resultados satisfatórios a vista do acompanhamento de problemas e soluções,

bem como por facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado.

Cabe destacar que executar serviços de forma individual, caso uma contratada não consiga concluir a obra, o objeto por si só ficará inútil, como por exemplo, executar o sistema de drenagem em separado, caso a contratada não execute o objeto, terá comprometido a execução da pavimentação que não poderá ocorrer sem que o sistema de drenagem esteja pronto e em funcionamento.

Portanto recomendamos que a contratação ocorra de forma única, sem fracionamento.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES

“Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).”

Inicialmente, não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

9. ALINHAMENTO COM PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (PAC)

“Fundamentação: Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão. (Inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso IX da IN 40/2020).”

Conforme estabelecido no inciso II, do art. 18 da Lei 14.133/2021, é necessário demonstrar a previsão da contratação no Plano Anual de Contratações (PAC), sempre que elaborado, para indicar o alinhamento da contratação com o planejamento estratégico da Administração Pública. No entanto, o Município de Cajati ainda não finalizou o seu Plano Anual de Contratações (PAC).

Os serviços de objeto dessa contratação serão financiados através de **Emenda Impositiva**, através de Projeto Básico aprovado pela equipe técnica da prefeitura municipal de Cajati.

Apesar disso, a presente contratação segue todos os princípios legais e administrativos pertinentes, e está em consonância com as diretrizes gerais da administração pública local. Espera-se que a presente contratação esteja adequadamente inserida no planejamento geral, garantindo a aderência a todas as normativas e à política de contratações do município. Essa situação não compromete o andamento do presente estudo técnico, uma vez que o projeto atende a uma necessidade imediata e essencial para o município, justificando a continuidade do processo.

10. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

“Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. (Inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso X da IN 40/2020).”

A execução da construção do Módulo Esportivo no Bairro Vila Antunes - CDHU tem como principal resultado a implantação de um equipamento público de lazer e esporte que proporcionará melhoria significativa na qualidade de vida dos moradores, fomentando práticas esportivas, atividades físicas, convivência comunitária e inclusão social.

Com a entrega do complexo, espera-se o aproveitamento integral da área pública, hoje subutilizada, transformando-a em um espaço seguro, iluminado e funcional, adequado para uso diurno e noturno. A quadra de futebol society, a quadra de basquete 3x3 e a pista de caminhada atenderão diferentes faixas etárias, incentivando hábitos saudáveis e o convívio entre crianças, jovens e adultos.

A infraestrutura planejada — incluindo iluminação esportiva, drenagem, calçadas acessíveis, paisagismo e sinalização — garantirá um espaço inclusivo e acessível, conforme as normas de acessibilidade da ABNT NBR 9050, assegurando a mobilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O sistema de drenagem evitará acúmulo de águas pluviais, aumentando a durabilidade das estruturas e reduzindo custos futuros de manutenção.

O projeto também busca resultados ambientais e sociais positivos, como a valorização urbana da área, o estímulo à ocupação ordenada do espaço público e o fortalecimento das políticas municipais de esporte e lazer. O módulo esportivo contribuirá para a diminuição de áreas ociosas e para a redução de índices de vandalismo e insegurança, favorecendo a integração da comunidade.

Ao final, pretende-se obter um equipamento público completo, moderno e sustentável, que atenda aos padrões técnicos e de qualidade estabelecidos, garantindo vida útil prolongada, baixo custo de manutenção e alto valor social agregado, tornando-se um ponto de referência para a prática esportiva e para o desenvolvimento comunitário do Bairro CDHU e regiões adjacentes.

A contratação deve ter resultados positivos, com a melhor prática de execução dos serviços de pavimentação, de acordo com o Projeto Executivo, mantendo-se o padrão de qualidade, ou superior do que será definido em projeto.

Realizada a produção do projeto básico/executivo, elaborada pela Secretaria Municipal de Obras e Mobilidade Urbana, o próximo passo se consubstancia no planejamento da efetuação de certame para contratação de empresa para execução da obra.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

“Fundamentação: Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização. (Inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso XI da IN 40/2020).”

Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação:

- Definição do programa de necessidades, elencando as ações de projeto e obra a serem realizados;
- Elaboração do Projeto Básico e executivo, contendo o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução;
- Elaboração do Termo de Referência, contendo todos os elementos necessários para a contratação de bens e serviços (inciso XXIII do art. 6 da Lei 14.133/21);
- Elaboração do Edital de Licitação;
- Entre outros.

Para o processamento da Concorrência Eletrônica e execução do contrato caberá a CONTRATANTE:

- a) Fornecer as informações técnicas, por meio do Projeto Básico e Executivo e seus anexos, acerca da execução do objeto.
- b) Quanto a realização do contrato, exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e nos termos da proposta apresentada.
- c) Deverá a CONTRATANTE acompanhar e fiscalizar os serviços, por servidor ou comissão especialmente designada.
- d) Constatadas irregularidades deverão notificar a CONTRATADA por escrito acerca das eventuais ocorrências.

No processo licitatório deverá a licitante observar as regras estabelecidas pela Lei nº 14.133 de 2021 acerca da participação no procedimento, as diretrizes quanto a execução de obras e serviços de engenharia, bem como obedecer às normas correlatas relacionadas ao objeto da contratação, além de:

- a) Aquela que se consagrar vencedora deverá executar o contrato conforme as especificações contidas no Termo de Referência e seus anexos, assim como seguir os termos de sua proposta.
- b) Comunicar ao Fiscal do contrato qualquer ocorrência irregular que se verifique no local dos serviços.
- c) Prestar esclarecimentos ou informação quando solicitado pela CONTRATANTE.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

"Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso XII da IN 40/2020)."

O art. 45 da Lei nº 14.133/21 estabelece que as obras e serviços de engenharia devem observar, de maneira especial, as normas relacionadas à disposição ambientalmente adequada dos resíduos sólidos originados pelas obras CONTRATADAS, bem como à mitigação por condicionantes e compensação ambiental. Além disso, devem priorizar o uso de produtos, equipamentos e serviços que comprovadamente contribuam para a redução do consumo de energia e recursos naturais. A avaliação de impacto de vizinhança, a proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, incluindo a avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras CONTRATADAS, também são considerações essenciais.

A Resolução CONAMA nº 307/2002, define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos.

Sob o aspecto normativo, a contratação proposta nesta Concorrência Eletrônica é classificada como obra de engenharia, resultando diretamente na geração de resíduos de construção civil. Diante disso, espera-se que a futura CONTRATADA adote medidas para reduzir a produção de resíduos, providenciando uma destinação apropriada para aqueles inevitavelmente gerados, com o objetivo de mitigar possíveis impactos ambientais.

Portanto, na execução da obra deverá a CONTRATANTE e a CONTRATADA a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução da obra.

13- VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

"Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)."

A contratação para execução da construção do Módulo Esportivo no Bairro CDHU revela-se plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional, econômico e social, considerando as condições atuais do local e a relevância pública do investimento.

Do ponto de vista técnico, o projeto possui soluções construtivas adequadas às características do terreno e aos parâmetros urbanísticos vigentes, observando as normas da ABNT, as exigências de acessibilidade (NBR 9050), drenagem pluvial (NBR 15527) e infraestrutura esportiva, assegurando a segurança estrutural, a durabilidade e a funcionalidade do empreendimento. Os insumos e técnicas empregadas são de uso corrente no mercado, o que garante disponibilidade de materiais e mão de obra qualificada para execução dentro do cronograma previsto.

Sob o aspecto operacional, o Município dispõe de condições de gestão e fiscalização adequadas para acompanhar a execução da obra, garantindo o cumprimento dos prazos, da qualidade técnica e das exigências legais, como a emissão de ARTs, medições e relatórios de acompanhamento físico-financeiro.

Em termos econômicos, a obra apresenta excelente relação custo-benefício, uma vez que o investimento na infraestrutura esportiva promove benefícios coletivos duradouros, reduzindo custos futuros com manutenção de áreas degradadas e fomentando o desenvolvimento social e urbano da comunidade local. Os recursos poderão ser provenientes de dotações

orçamentárias municipais e/ou convênios com órgãos estaduais e federais, assegurando a viabilidade financeira da contratação.

Por fim, sob o aspecto social e ambiental, a implantação do módulo esportivo atenderá à demanda identificada pelos moradores do CDHU e entorno, promovendo lazer, bem-estar e integração comunitária. A destinação adequada da área, hoje subutilizada, contribuirá para a melhoria do ambiente urbano, o incentivo à prática esportiva e a valorização da região.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é plenamente viável e justificável, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, além de alinhar-se às diretrizes do planejamento municipal e às políticas públicas de esporte, lazer e desenvolvimento urbano sustentável.

Dessa forma, conclui-se que a execução da quadra é totalmente viável, atendendo aos critérios técnicos, legais e sociais estabelecidos pela administração municipal, e proporcionando benefícios duradouros à população da Vila Antunes e regiões adjacentes.

Na assinatura do contrato, a CONTRATANTE deverá apresentar garantia, conforme definido no Termo de Referência e Edital, bem como apresentar a devida ART/RRT quitada junto ao conselho de classe.

Cajati, 24 de novembro de 2025

Douglas Pelegri de Oliveira
Técnico em Edificações – CFT nº 36174972844



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: FC25-8976-4B3D-BC98

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DOUGLAS PELEGRI DE OLIVEIRA (CPF 361.XXX.XXX-44) em 01/12/2025 16:28:30 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cajati.1doc.com.br/verificacao/FC25-8976-4B3D-BC98>